



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

DO LEGISLATIVO AO JUDICIÁRIO

A semana foi marcada por decisões relevantes que atravessaram o Legislativo e o Judiciário, evidenciando a centralidade da agenda tributária e a reacomodação institucional no Supremo Tribunal Federal. A Câmara aprovou a reforma do Imposto de Renda, reposicionando o debate fiscal e projetando novas disputas no Senado. No Senado, a criação do Comitê Gestor do IBS reforçou a construção da governança federativa da reforma tributária, mas recolocou a Câmara no centro da decisão final sobre as mudanças. Já no STF, a posse de Edson Fachin na presidência sinalizou a transição de estilo em relação à gestão Barroso, alimentando expectativas de maior colegialidade e de uma relação menos tensionada com os demais Poderes.

IMPOSTO DE RENDA APROVADO NA CÂMARA

A Câmara dos Deputados aprovou, em votação expressiva, o projeto que altera as regras do Imposto de Renda, considerado uma das medidas de maior impacto social e fiscal do ano. O texto amplia a faixa de isenção para quem recebe até R\$ 5 mil mensais, introduz a tributação sobre dividendos distribuídos e ajusta as faixas para pessoas físicas, com efeitos estimados para milhões de contribuintes. A aprovação foi resultado de semanas de negociação envolvendo o Ministério da Fazenda, líderes partidários e setores empresariais, que buscavam calibrar o alcance da medida entre estímulo econômico e equilíbrio fiscal.

A condução política demonstrou o peso da articulação no Legislativo. A presidência da Câmara assumiu a linha de frente no convencimento das bancadas, defendendo o caráter social da proposta e apresentando-a como neutra do ponto de vista de arrecadação. Na base aliada, a medida foi celebrada como correção de distorções históricas, com potencial de ampliar a renda disponível das famílias em um cenário de desaceleração econômica. Já a oposição, acompanhada de representantes do setor privado, manifestou receio de que a tributação sobre dividendos afete o ambiente de negócios e reduza a competitividade do país.



“É importante ressaltar que esse projeto vai atender diretamente a 15,5 milhões de pessoas no país. Esse projeto é fruto de uma base de cálculo de quase R\$ 227 bilhões, apurado no imposto de renda no Brasil. E estamos discutindo uma renúncia de receita, no primeiro ano de, R\$ 25,4 bilhões, portanto 10% do valor total do imposto de renda pago por todos os brasileiros.”

Arthur Lira
Deputado Federal (PP/AL)

O próximo passo será o exame da matéria no Senado, onde a tramitação tende a ser mais cautelosa. Líderes já sinalizaram a possibilidade de ajustes para reduzir resistências de segmentos econômicos e de entes federativos preocupados com impactos na arrecadação. A definição do texto final terá repercussão direta na narrativa de justiça fiscal defendida pelo governo e servirá como termômetro para a relação entre Executivo e Legislativo no avanço das demais etapas da reforma tributária.

SENADO APROVA COMITÊ GESTOR DO IBS NA REFORMA TRIBUTÁRIA

O Senado Federal aprovou o Projeto de Lei Complementar que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), consolidando um dos pilares centrais da reforma tributária. O texto aprovado define a composição do órgão, com participação paritária entre União, Estados e Municípios, e estabelece mecanismos para disciplinar a arrecadação, a distribuição de receitas e a solução de controvérsias. A votação ocorreu após intensos diálogos entre o relator e lideranças partidárias, bem como articulações envolvendo governadores e prefeitos, preocupados em assegurar espaço de decisão no novo arranjo federativo.

A aprovação refletiu uma confluência de interesses institucionais, mas também revelou tensões latentes. Senadores destacaram o caráter histórico da medida, ressaltando que o Comitê Gestor simboliza a busca por um equilíbrio federativo em um sistema tributário mais simplificado. Contudo, divergências surgiram quanto ao alcance das competências do órgão e ao risco de sobreposição de atribuições em relação às administrações tributárias estaduais e municipais. Ainda assim, prevaleceu o entendimento de que a consolidação do Comitê seria um passo necessário para viabilizar a efetividade do novo modelo, reduzindo disputas judiciais e fortalecendo a governança do sistema.



“O Senado, hoje, está diante da oportunidade de poder marcar historicamente o encerramento de um passo importante da reforma tributária para bens de consumo e serviços (...) Esta é a primeira reforma que o Brasil faz em regime democrático. Portanto, podemos dizer que esta reforma pertence a todos”

Eduardo Braga
Senador da República (MDB/AM)

Como o texto foi modificado no Senado, ele retorna à Câmara dos Deputados, onde caberá apenas deliberar sobre a manutenção ou a rejeição de cada uma das alterações introduzidas. Não há possibilidade de inclusão de novos dispositivos, o que limita a margem de negociação, mas mantém acesa a disputa política em torno de pontos sensíveis do texto. A instalação do Comitê, ao centralizar a gestão de um tributo nacional, representará um ganho institucional, mas exigirá acompanhamento atento durante a fase de adaptação e consolidação do pacto federativo.

FACHIN ASSUME A PRESIDÊNCIA DO STF

O ministro Luiz Edson Fachin tomou posse na presidência do Supremo Tribunal Federal em solenidade que reuniu representantes dos Três Poderes e diversas autoridades. A transição marca o fim da gestão de Luís Roberto Barroso, caracterizada por forte protagonismo pessoal e intensa interlocução pública, e inaugura um novo ciclo na Corte, em um momento em que o STF está no centro das principais discussões institucionais do país. O ato simbolizou a continuidade da Corte como guardião da Constituição, mas também trouxe sinais de mudança na forma de condução da agenda judicial e de relação com os demais Poderes.

A posse foi acompanhada de grande expectativa sobre o estilo de liderança que Fachin imprimirá à presidência. Enquanto Barroso ficou marcado por discursos incisivos e pela tentativa de pautar o debate público, a entrada de Fachin sugere uma gestão voltada à colegialidade e à valorização do plenário. Parlamentares e membros do Executivo veem nessa transição a oportunidade de uma presidência mais discreta, menos inclinada ao confronto e com maior abertura ao diálogo interinstitucional. Dentro do Supremo, a perspectiva é de retomada de processos decisórios mais coletivos, com potencial de alterar o ritmo e a previsibilidade das deliberações.

O cenário projetado é de maior equilíbrio entre a independência judicial e a busca por estabilidade institucional. A expectativa é que a presidência de Fachin reduza atritos imediatos com Executivo e Legislativo, sem renunciar ao protagonismo do STF em questões estruturais como a reforma tributária e a proteção de direitos fundamentais. A saída de Barroso e a entrada de Fachin, portanto, não representam apenas uma troca de comando, mas uma inflexão no estilo de liderança da Corte, que poderá redefinir o lugar do Supremo no diálogo entre os Poderes e no próprio desenho da governabilidade nacional.

SÍNTESE DA SEMANA

A semana foi marcada por avanços decisivos no Legislativo e por uma mudança simbólica no Judiciário. Na Câmara, a aprovação do projeto do Imposto de Renda mostrou a capacidade de articulação política em torno de uma pauta de forte impacto social e fiscal, ao mesmo tempo, em que abriu espaço para novo embate no Senado. No Senado, a aprovação do PLP que cria o Comitê Gestor do IBS consolidou uma etapa central da reforma tributária e devolveu a palavra à Câmara, que terá apenas a prerrogativa de aceitar ou rejeitar as mudanças feitas. Já no Supremo Tribunal Federal, a posse de Edson Fachin na presidência marcou a transição de estilo após a gestão Barroso, sinalizando maior colegialidade e busca de estabilidade institucional. Em conjunto, os acontecimentos reforçam a centralidade da agenda tributária no Legislativo e apontam para uma inflexão de condução no Judiciário, com efeitos sobre o equilíbrio político e a previsibilidade institucional.